



Sistema científico poderia receber mais 350 milhões até 2014, considera a eurodeputada Graça Carvalho

Portugal perde 50 milhões por ano na ciência por falta de participação

MARC BARROS
marcbarros@vidaeconomica.pt

Nos últimos três anos de vigência do programa quadro comunitário de apoio à investigação e ciência, o sétimo em curso e cuja duração se estenderá até 2014, Portugal recebeu um total de 175,9 milhões de euros, respectivamente 69,3 milhões em 2007, 54,1 milhões em 2008 e 52,5 milhões em 2009, sendo a percentagem PT/UE total de 1,16% (1,06% em 2007, 1,34% em 2008 e 1,16% em 2009).

Comparativamente à Grécia, um país com a mesma dimensão e um número aproximado de investigadores, Portugal recebe menos de metade da contribuição europeia, "o que mostra que é possível aumentar a contribuição comunitária para Portugal. Se o nível de participação de Portugal e da Grécia fossem idênticos, Portugal receberia em média mais 50 milhões de euros por ano e 350 milhões de euros no final do programa", revelou à VE a eurodeputada Maria da Graça Carvalho.

O actual programa-quadro conta com um financiamento de 52 mil milhões de euros, atribuídos através de candidaturas abertas a todos os Estados membro.

Esta deputada ao Parlamento Europeu foi a responsável pela elaboração de um relatório conducente à simplificação das regras de participação no actual e futuros Programas Europeus de Ciência e

Inovação, no âmbito da Comissão da Indústria, Investigação e da Energia - ITRE do Parlamento Europeu. Este relatório pretende fazer sentir os seus efeitos já no actual programa quadro.

Segundo aquela responsável, o mesmo documento vem no seguimento do plano defendido pela Comissão Europeia "para simplificar os procedimentos de participação em projectos de investigação financiados pela UE". O objectivo geral "é tornar a participação transparente e atractiva para investigadores e empresas".

Maior tolerância ao risco

Como disse a eurodeputada à VE, "o relatório é especialmente importante porque vai redefinir as regras de participação não só no sétimo programa quadro, mas de todos os outros programas actuais e futuros de ciência e de inovação, de modo a facilitar a participação".

Dada a sua recente aprovação no Parlamento Europeu, Graça Carvalho considera que "este relatório chega na altura certa, visto estarmos a iniciar a revisão do actual Programa-Quadro de Investigação".

Segundo a eurodeputada, existe "consonância de opiniões entre o Parlamento e o Conselho Europeu nesta matéria", recordando que "a simplificação foi também uma

prioridade da presidência belga na área da ciência e inovação e as sugestões contidas no relatório foram bem acolhidas pela Comissão Europeia".

Na prática, Graça Carvalho espera que este relatório tenha "um papel fundamental na Europa para que os investigadores mais competentes se sintam aliciados a participar nos programas europeus", permitindo ainda que "as regras e os processos [sejam] simples, claros e transparentes para facilitar a participação".

O objectivo do relatório, explicou, "é simplificar o controlo do aspecto financeiro e reforçar a avaliação técnico-científica e a aprovação dos pares com base na excelência dos projectos. É claro que todas as transacções financeiras envolvem um certo grau de risco, mas a preocupação excessiva em controlar o risco pela via administrativa aumenta muito o custo global do processo".

Assim, criar bases para "maior tolerância ao risco, simplificando os mecanismos burocráticos de controlo" por um lado e, por outro, "basear a avaliação dos projectos numa maior confiança na comunidade científica e empresarial" estão no cerne do documento. "Há que encontrar um equilíbrio entre a confiança e o controlo, entre a assunção dos riscos e o acautelar dos mesmos, que assegure uma



"É possível aumentar a contribuição comunitária para Portugal", afirma Graça Carvalho.

gestão financeira saudável dos fundos comunitários para a investigação", disse Graça Carvalho.

Integração de consórcios

A tendência será para uma maior integração de consórcios de investigação à escala europeia. "A realidade de hoje mostra-nos um mundo multipolar em todos os sectores e também na ciência. Por exemplo, 80% dos investigadores trabalham fora da Europa e 69% das patentes são registadas fora da Europa", resumiu Graça Carvalho.

A Europa investe menos em ciência e inovação do que o Japão, a

Coreia do Sul e os Estados Unidos: "Essa diferença é essencialmente devida ao investimento do sector privado. O investimento total em ciência e inovação na Europa é 1,83%, com 1% privado e 0,83% público", referiu.

Por outro lado, a participação em projectos "tornou-se muito complexa, o que tornou a participação de entidades de pequena e média dimensão muito difícil, como por exemplo as PME". Assim, a Europa "precisa de investir mais em ciência, abrir os seus sistemas científicos, promover a livre circulação de investigadores, aumentar a concorrência e promover excelência", concluiu.